

RELATÓRIO & CONTAS 2022

Demonstrações Financeiras - 31 de Dezembro de 2022



Modernizar Para Melhor Servir







REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

MINISTÉRIO DO TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

INSTITUTO NACIONAL DE SEGURANÇA SOCIAL

COMISSÃO DE CONTROLO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



PARECER RELATIVO À CONTA ANUAL DE GESTÃO DO INSS DE 2022

Ao Conselho de Administração Do Instituto Nacional De Segurança Social

Local



Kabe Falemba, MBA
Presidente do Conselho de Administração

No âmbito do cumprimento das suas atribuições previstas no nº 3 do artigo 13 do Decreto nº 17/88, de 27 de Dezembro, conjugado com o nº 3 do artigo 115 do Decreto nº 51/2017, de 09 de Outubro, a Comissão de Controlo do Conselho de Administração do INSS, apresenta o seu Parecer relativo à Conta Anual de Gestão do Instituto Nacional de Segurança Social, referente ao exercício económico findo em 31 de Dezembro de 2022, que reflecte as realizações do ponto de vista financeiro e funcional, e foram feitas de acordo com as normas do relato financeiro e contabilístico em vigor na instituição.

A Comissão de Controlo apreciou a Conta Anual do INSS de 2022, o Relatório dos Auditores Independentes, as Demonstrações Financeiras, o Balanço, as Demonstrações de Resultados, entre outras informações de gestão inerentes a mesma.

Da análise efectuada à referida conta, verifica-se a consolidação da eficiência das operações e processos contabilísticos que fundamentaram a opinião limpa dos Auditores Externos no Relatório e Conta do exercício económico transacto.

A Comissão de Controlo prestou atenção ao facto de o desempenho positivo da instituição estar relacionado, entre outros factores, com o estabelecimento de parcerias com outras instituições de Estado, como a Autoridade Tributária, Serviços Distritais de Actividade Económica e Balcão de Atendimento Único.

Outro aspecto digno de realce, no exercício económico em apreço, é a abertura dos postos de atendimento de Katembe, Metuge e Kanyaka, facto que coloca o INSS cada vez mais próximo dos utentes do sistema, bem como o aumento da cobertura contributiva do sistema e do resultado líquido, fortalecendo desde modo a robustez das reservas do sistema.

Destaca-se também o cumprimento das principais métricas do desempenho institucional, nomeadamente:

- Divulgação do Sistema de Segurança Social Obrigatória, com uma realização anual de 151,5%;
- Inscrição de Contribuintes, com uma realização anual de 119,4%;
- Inscrição de Trabalhadores por Conta de Outrem, com uma realização anual de 119,6%;
- Inscrição de Trabalhadores por Conta Própria, com uma realização anual de 153,1%.

Relativamente à receita total, a Comissão de Controlo verificou que houve um crescimento em 32,66% de 2021 para 2022.

De referir que o resultado líquido cresceu em 50,05% de 2021 para 2022, fortalecendo substancialmente as reservas do sistema.

Pelos motivos supracitados, a Comissão de Controlo do Conselho de Administração do INSS é de parecer favorável à aprovação e publicação da Conta Anual do INSS referente ao exercício económico 2022, com as seguintes recomendações para a Direcção Geral do INSS:

1. Realizar estudos actuarias de acordo com a periodicidade plasmada na Lei, que é de três anos;
2. Prosseguir com o processo de saneamento da dívida;
3. Assegurar o aumento do número dos contribuintes e beneficiários activos no sistema, com maior enfoque nos Trabalhadores por Conta Própria (TCPs);
4. Publicar a conta anual no prazo legalmente estabelecido.

A Comissão de Controlo endereça um voto de louvor à Direcção Geral e, através deste, a todos os colaboradores do INSS pela dedicação e esforço empreendido no exercício de suas funções.

Maputo, 13 de Novembro de 2023



Fortunato Albino
Presidente da Comissão de Controlo



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

MINISTÉRIO DO TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

INSTITUTO NACIONAL DE SEGURANÇA SOCIAL



II – DELIBERAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO INSS SOBRE A CONTA ANUAL DA SEGURANÇA SOCIAL DE 2022

Nos termos da alínea e) do artigo 8 do Decreto nº 17/88 de 27 de Dezembro, é função do Conselho de Administração, entre outras, deliberar sobre as Contas Anuais da Segurança Social relativas aos exercícios económicos.

Neste contexto, o Conselho de Administração do INSS, reunido na sua 210ª Sessão Ordinária, realizada no dia 17 de Novembro de 2023, apreciou os pareceres da Comissão de Controlo e do Auditor Externo sobre a Conta Anual do Instituto Nacional de Segurança Social relativa ao ano de 2022 e a proposta de Aplicação de Resultados do mesmo exercício económico, submetidas pela Direcção Geral.

O Conselho de Administração do INSS constatou que o relatório do Auditor Externo da Conta Anual de 2022, que constitui parte integrante da mesma, apresenta apreciação favorável às demonstrações financeiras e desempenho financeiro do exercício, na medida em que verifica-se a consolidação da eficiência das operações e processos contabilísticos que fundamentaram a opinião limpa dos Auditores Externos no Relatório e Conta do exercício económico transacto.

O Conselho de Administração do INSS, notou que a Comissão de Controlo, na apreciação da Conta Anual de 2022, produziu recomendações à Direcção Geral para os exercícios subsequentes, com vista a aprimorar e consolidar as melhores práticas de gestão.

Assim, o Conselho de Administração deliberou aprovar a Conta Anual de 2022 do Instituto Nacional de Segurança Social e orientar a sua publicação.

O Conselho de Administração continuará a acompanhar a implementação das recomendações do Auditor Externo e da Comissão de Controlo e estimular a Direcção Geral a dinamizar as actividades relevantes, com vista a melhoria da sua gestão.

Maputo, 20 de Novembro de 2023



Kabe Falemba, MBA
Presidente do Conselho de Administração

RELATÓRIO
& CONTAS
Demonstrações Financeiras - 31 de Dezembro de 2022

INSTITUTO NACIONAL DE
SEGURANÇA SOCIAL

INSS

NATIONAL INSTITUTE OF
SOCIAL SECURITY

III. Declaração de Responsabilidade da Direcção Geral pelas Demonstrações Financeiras

A Direcção Geral do INSS é responsável pela preparação e apresentação apropriada das demonstrações financeiras do INSS, que compreendem o Balanço a 31 de Dezembro de 2022, a demonstração dos resultados, o Mapa de fluxos de caixa e o Mapa de mutação de valores do exercício findo naquela data, e as notas às demonstrações financeiras que incluem um sumário das principais políticas contabilísticas e outras notas explicativas de acordo com Plano de Contas Específico para o Sistema de Segurança Social, aprovado pelo Decreto Ministerial de 31 de Janeiro de 1990.

A Direcção Geral é igualmente responsável por um sistema de controlo interno relevante para a preparação e apresentação de demonstrações financeiras que estejam livres de distorções materiais devidas a fraude, erros e registos contabilísticos adequados e de gestão de risco eficaz. A Direcção Geral é igualmente responsável pelo cumprimento das leis e regulamentos vigentes na República de Moçambique.

A Direcção Geral fez uma avaliação da capacidade do INSS continuar a operar com a devida observância do pressuposto da continuidade e não têm motivos para duvidar da capacidade do INSS poder continuar a operar segundo esse pressuposto no futuro próximo.

O auditor é responsável por reportar sobre se as demonstrações financeiras estão apresentadas de forma apropriada em conformidade com o Plano de Contas Específico para o Sistema de Segurança Social, aprovado pelo Decreto Ministerial de 31 de Janeiro de 1990.



IV - Relatório Técnico da Conta Anual

4.1 Enquadramento Económico

4.1.1 Economia Global

Em 2022, segundo o Fundo Monetário Internacional (FMI), a conjuntura económica global foi marcada por inflação alta e persistente, com destaque para a zona euro e os EUA, resultado do aumento dos custos de energia e bens alimentares, na sequência das dificuldades de abastecimento causadas pelo conflito contínuo na Ucrânia, no primeiro caso, e do incremento dos preços e rendas de imóveis, no segundo.

Adicionalmente, a manutenção da política de Covid zero na China, que impôs fortes restrições à mobilidade, combinada com a desaceleração do sector imobiliário, condicionou o desempenho da economia e dos activos domésticos, com impacto negativo no volume do comércio internacional, para além de ter resultado em saídas líquidas dos fluxos de investimentos, aspecto que foi extensivo a outras economias dos mercados emergentes.

Diante dos cenários acima descritos, as perspectivas para o crescimento global deterioraram-se e a aversão ao risco incrementou, mesmo para as economias dos mercados emergentes, que apresentavam maior apetência por investimentos de risco.

Para combater as pressões inflacionárias e conter os riscos para a estabilidade financeira, os bancos centrais de vários países de economias avançadas e emergentes procuraram normalizar as suas políticas monetárias, o que incrementou os custos de financiamento, condicionando a capacidade de endividamento dos sectores e segmentos mais vulneráveis.

Os receios de uma recessão global e a intensificação de tensões geopolíticas pesaram sobre o sentimento dos investidores e contribuíram para aumentar a volatilidade do mercado financeiro global.

Os sinais de desaceleração da actividade económica e a expectativa de que os bancos centrais das economias avançadas reduziram as suas compras de activos levaram a acentuadas reduções dos preços dos activos financeiros, no segundo semestre de 2022.

Esta dinâmica dos activos financeiros gerou momentos de stress nos mercados de títulos públicos nas economias avançadas, com menor liquidez e maior volatilidade, que em alguns casos atingiram os picos observados no início da pandemia.

O FMI referiu ainda que em 2022, observou-se um desempenho modesto da actividade económica. Nas economias avançadas, destacam-se os Estados Unidos da América (EUA), onde o crescimento do produto interno bruto (PIB) continua a abrandar, a reflectir, sobretudo, a queda nos investimentos do sector imobiliário.

4.1.2 Economia Regional

De acordo com FMI, a recuperação da África Subsaariana foi subitamente interrompida. No ano passado, a actividade na região começou finalmente a recuperar, tendo o crescimento do PIB em 2021 aumentado para 4,7%. Infelizmente, o crescimento abrandou em 2022 em mais de 1 ponto percentual, situando-se em 3,6%. De facto, a desaceleração da actividade económica mundial e a subida drástica da inflação mundial estão a ter repercussões numa região já afectada por uma série de choques em curso. O aumento dos preços dos produtos alimentares e energéticos está a afectar os mais vulneráveis da região e os desequilíbrios macroeconómicos estão a aproximar-se de níveis que já não se verificavam há décadas.

A nível da região, a avaliação sobre a estabilidade do sistema financeiro sul-africano mostra que, apesar do aumento no risco sistémico global, na perspectiva doméstica o sistema continua a ser resiliente sob condições globais e domésticas difíceis, em parte devido à sua capacidade de manter reservas de capital adequadas para absorver o impacto de choques.

Na Maurícia, os resultados dos testes de esforço efectuados pela autoridade macroprudencial mostram que o sector bancário permanece resiliente a uma série de choques macroeconómicos incomuns, mas não improváveis. Os amortecedores de capital e liquidez detidos pelos bancos foram amplamente adequados para sustentar a estabilidade e resiliência do sector.

Nos últimos anos, as autoridades tiveram dificuldade em proteger as vidas e os meios de subsistência das populações durante a pandemia de COVID-19 e a situação orçamental deteriorou-se, aumentando a dívida pública regional para cerca de 60% do PIB. Além disso, com as perturbações da cadeia de abastecimento mundial a exacerbar as consequências da guerra na Ucrânia, cerca de 40% das economias da região registam agora uma inflação de dois dígitos.

Portanto, o FMI, no que respeita à inflação, a subida dos preços reflectiu as tendências mundiais, em que a inflação aumentou de forma mais rápida e mais persistente do que o previsto, sendo os rendimentos pressionados pelos aumentos do custo de vida. Embora a recente subida da inflação possa parecer menos marcante em relação às médias históricas da África Subsaariana, especialmente nos países com taxas de câmbio fixas, grande parte das variações registadas recentemente tem sido impulsionada por produtos alimentares e energéticos essenciais, que são importados em muitos países e constituem, em média, 50% do cabaz de consumo da região.

4.1.3 Economia Nacional

De acordo com o Banco de Moçambique, o exercício económico de 2022 foi marcado pela consolidação da recuperação do crescimento económico, a reflectir a contínua melhoria da procura externa, aliada à normalização da economia e à execução de projectos energéticos.

Este desempenho da economia contribuiu para a manutenção do nível moderado do risco sistémico. Ainda assim, o sistema financeiro doméstico ressentiu-se de algumas vulnerabilidades, com destaque para a instabilidade militar na região norte do país e a ocorrência de eventos climáticos extremos (ciclones e cheias).

A recuperação da actividade económica pós-pandemia contribuiu para o desempenho positivo do sistema financeiro doméstico, contudo, persistem as seguintes vulnerabilidades: (i) instabilidade militar em Cabo Delgado, (ii) factores climáticos adversos, (iii) endividamento do sector

público, e (iv) confiança do país no mercado internacional.

Não obstante as vulnerabilidades identificadas, o sistema mostra-se resiliente e com capacidade para apoiar a economia, num contexto doméstico e internacional particularmente adverso.

A retoma do programa com o Fundo Monetário Internacional marcou o ano 2022, após um período de seis anos de ausência desta instituição no suporte do Orçamento do Estado, o que sinaliza uma gradual melhoria da confiança do país no mercado internacional.

Os principais agentes de notação financeira mantiveram a classificação do país no mercado internacional no nível de risco substancial, pese embora a ligeira melhoria verificada na avaliação.

O PIB real cresceu em 4,2% em 2022, a reflectir a melhoria verificada na procura externa, aliada à normalização do funcionamento da economia e à execução de projectos energéticos. Para o curto prazo, prevê-se um crescimento moderado do PIB excluindo os projectos de gás natural, justificando, essencialmente, pelo impacto dos recentes eventos climáticos sobre a actividade económica.

Segundo o Banco de Moçambique (BM), em 2022, a actividade económica foi marcada pela ocorrência do conflito entre a Rússia e a Ucrânia com impactos negativos sobre os preços dos produtos energéticos e alimentares e por condições monetárias mais restritivas ao nível global, para além da ocorrência de choques climáticos, a nível interno e da região.

A reabertura da economia pós-pandemia da Covid-19 e a melhoria da procura externa, conjugada com a evolução favorável dos preços das commodities energéticas exportadas pelo país, contribuíram para o aumento da taxa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) real, ao passar de 2,3% em 2021 para 4,2%, em 2022.

Entretanto, o incremento dos preços dos produtos alimentares e energéticos na sequência do conflito Rússia-Ucrânia, resultaram em pressões inflacionárias internas, tendo a inflação anual acelerado em 3,5 pontos percentuais (pp) para 10,3%, em Dezembro de 2022.

Para refrear a pressão inflacionária, o Comité de Política Monetária (CPMO) do Banco de Moçambique (BM) aumentou a taxa de juro de Política Monetária (taxa MIMO), numa magnitude acumulada de 400 pontos base (pb) para 17,25%, em finais de 2022.

Adicionalmente o BM incrementou as taxas de operações overnight, nomeadamente, da Facilidade Permanente de Cedência (FPC) e da Facilidade Permanente de Depósitos (FPD), em 4 pp para 20,25% e 14,25%, respectivamente.

Do lado fiscal, destaca-se o aumento do défice antes de donativos em 44,7%, reflectindo a expansão das despesas públicas em cerca de 16,6%. Num contexto em que as condições de financiamento externo tornaram-se difíceis, para fazer face ao défice, o Estado recorreu ao endividamento interno, através da emissão de obrigações de tesouro, que foi complementado por donativos.

Neste sentido, sendo o INSS um agente económico relevante no mercado e vulnerável a alterações inesperadas da economia que afectam o nível de empregabilidade, consequentemente, o desempenho económico da instituição também foi influenciado em termos demográficos e financeiros, conforme espelha-se nos capítulos seguintes.

4.2. Situação Geral da Segurança Social Obrigatória do INSS

Um dos principais objectivos do INSS é aumentar a cobertura contributiva do sistema. Para o efeito, têm sido realizadas várias actividades, das quais se destacam:

(1) a divulgação do Sistema de Segurança Social Obrigatório (SSSO) com vista à sensibilização e informação dos contribuintes, beneficiários e o público em geral, através de palestras, seminários, publicidade (Jornais, Rádio e Televisão), página web, distribuição de desdobráveis visando transmitir a importância do sistema no que respeita aos benefícios que advêm da inscrição do trabalhador;

(2) o alargamento do âmbito pessoal, através da inscrição de novos trabalhadores e contribuintes no regime por conta de outrem e de conta própria e enquadramento na Manutenção Voluntária no Sistema (MVS);

(3) a abertura e/ou criação de novas Delegações Provinciais, Distritais e Postos de Atendimento com vista a garantir a expansão dos serviços do INSS que constitui um dos pilares do quinquénio;

(4) o pagamento das diferentes prestações em vigor no INSS, quando satisfeitos os principais requisitos estabelecidos na lei; e

(5) a realização de prova anual de vida.

4.2.1 Inscrições

As inscrições são dinamizadas através de realização de palestras, sendo que para o período em análise foram realizadas 13.209 palestras para os Trabalhadores por Conta de Outrem (TCO), com a participação de 71.825 trabalhadores, o que representa uma realização anual em 180,9 %. Para o regime dos Trabalhadores por Conta Própria (TCP) foram realizadas 10.915 palestras, com a participação de 32.333 trabalhadores, o que corresponde a realização anual na ordem de 127,2%.

No cômputo geral, foram realizadas 24.124 palestras, com a participação de 104.158 trabalhadores, o que corresponde a uma realização anual de 151,9% das 15.886 palestras planificadas em conjunto.

O desempenho positivo nos resultados das palestras está relacionado com a constituição das brigadas móveis, que tem como objectivo proceder com a regularização das inscrições e pagamento de contribuições, assim como, a divulgação da Legislação sobre a Segurança Social Obrigatória (SSO) nos TCOs e TCPs.

Os resultados em 2022, comparativamente aos de 2021, foram de 13.209 e 10.915 palestras para TCO e TCP, o que representa um crescimento na ordem de 37,09% e decréscimo de 14,47%, respectivamente, conforme ilustram os gráficos nº 1 e 2 abaixo.

Gráfico 1. Evolução de palestras realizadas no regime dos TCO entre 2021-2022

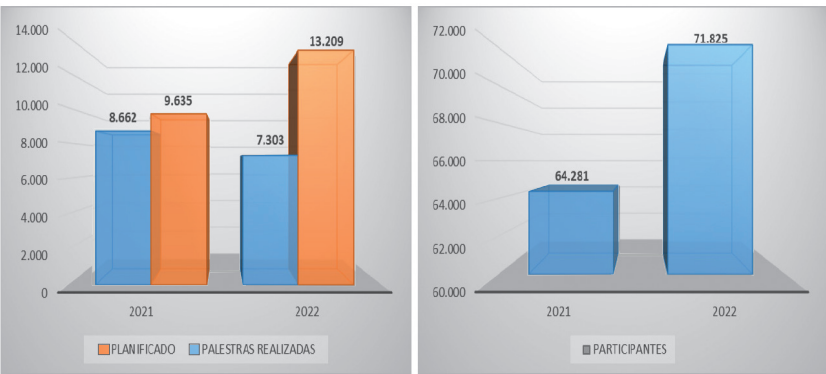
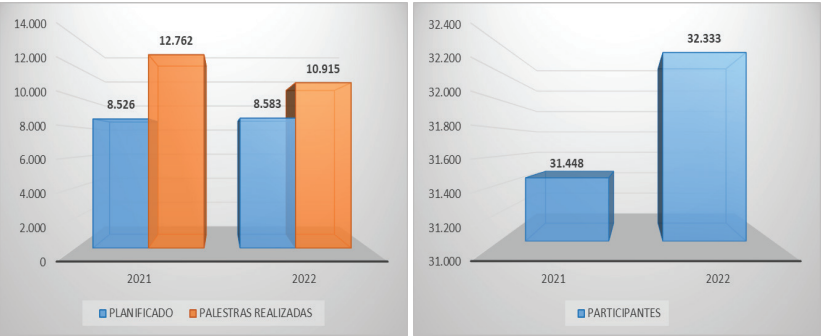


Gráfico 2. Evolução na realização de palestras no regime dos TCPs entre 2021-2022



4.2.1.1 Regime dos Trabalhadores por Conta de Outrem (TCO)

NNo período em análise, foram inscritos 15.902 contribuintes e 109.529 beneficiários, o que representa um cumprimento do planificado (13.320 contribuintes e 91.584 beneficiários) na ordem de 119,4% e 119,6%, respectivamente.

O desempenho positivo na inscrição de contribuintes e beneficiários está relacionado com os seguintes factores, a: i) Articulação com a Autoridade Tributária (AT), Serviço Distrital de Actividades Económicas (SDAE) e Balcão de Adendimento Único (BAU) na inscrição de novas empresas para o SSSO; ii) realização de campanhas de sensibilização nas empresas, através de palestras e programas radiofónicos e televisivos, que incidiram sobre a importância da inscrição e pagamento das contribuições para o sistema, como condição necessária para a efectivação dos direitos dos respectivos trabalhadores, em casos de doença, invalidez, maternidade, reforma e morte.

Apesar dos resultados positivos nos contribuintes e beneficiários TCO inscritos, a nível nacional, regista-se desempenhos diferenciados entre as delegações provinciais.

Relativamente a inscrição de contribuintes, quase todas delegações obtiveram resultados acima de 100%, com excepção de Cabo Delgado (72,8%). No que diz respeito aos beneficiários TCO, 4 Delegações atingiram resultados abaixo de 100%, designadamente, Niassa (89,7%), Tete (90,1%), Sofala (90,1%) e Cabo Delgado (85,3%).

Os resultados negativos no desempenho da inscrição de beneficiários (abaixo de 100%) verificados nas delegações, acima citados, deve-se, principalmente, a: i) fraca capacidade económica para a criação de novas empresas, segundo a listagem fornecida pelo Serviço Distrital de Actividades Económicas ii) reduzida capacidade das empresas empregarem muitos trabalhadores, visto que a maioria são empresas de pequena dimensão e ou familiares; e iii) elevada mobilidade dos trabalhadores já inscritos entre as empresas e as recém-criadas; iv) situação política militar que assola a província de C. Delgado.

Comparativamente ao período análogo, em que tinham sido inscritos 15.213 contribuintes e 94.016 beneficiários, verifica-se um crescimento de contribuintes e beneficiários na ordem de 4,53% e 16,50%, respectivamente.

Quanto aos acumulados, o sistema possui 162.081 contribuintes e 2.483.171 beneficiários, dos quais estão no activo 65.170 contribuintes e 553.543 beneficiários. Estes dados significam que 40,2% dos contribuintes e 22,3% dos beneficiários tiveram as suas contribuições regulares.

Os gráficos 3 e 4 demonstram de forma comparativa a evolução de contribuintes e beneficiários.

Os gráficos 3 e 4 demonstram de forma comparativa a evolução de contribuintes e beneficiários.

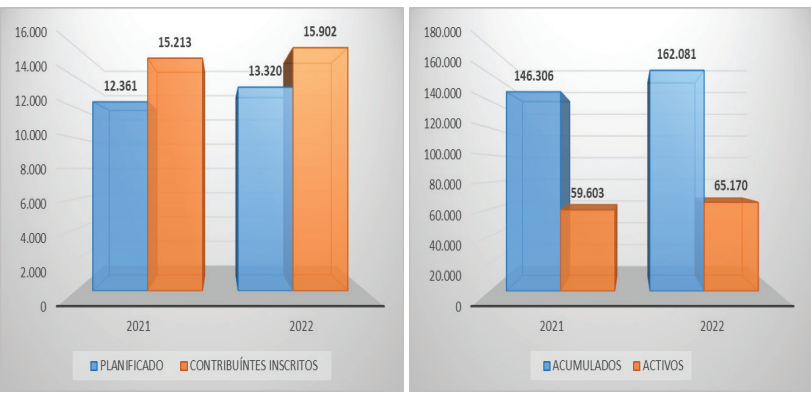
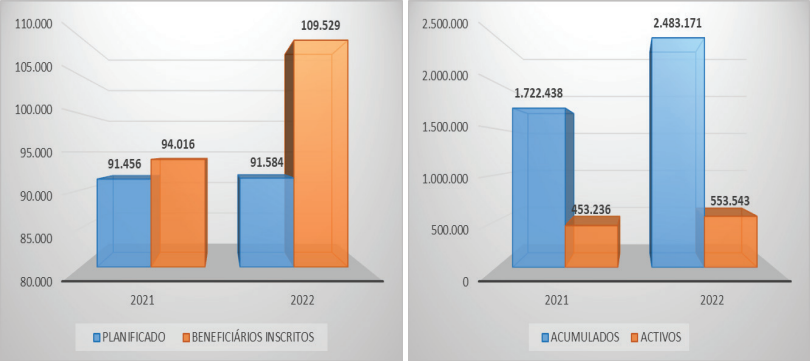


Gráfico 4. Evolução da inscrição de beneficiários TCO entre 2021 - 2022

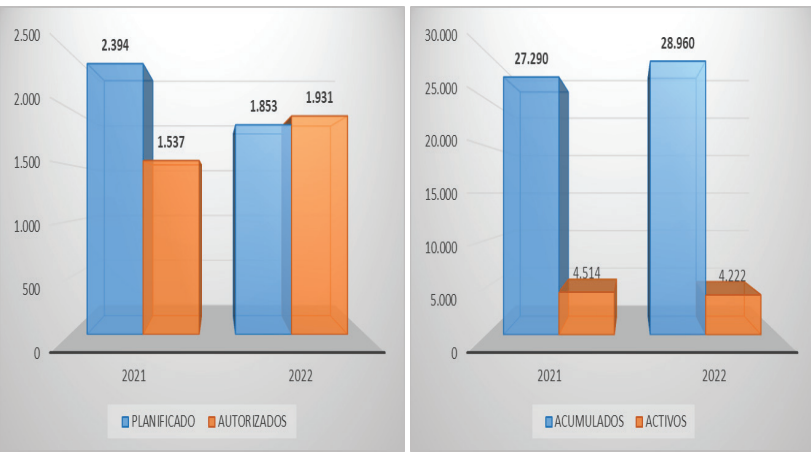


A situação de perda de emprego continua a constituir uma realidade na sociedade moçambicana e, por consequência, tem levado muitos beneficiários à situação de inactividade. Assim, como forma de dar seguimento ao processo iniciado aquando da sua inserção profissional como beneficiários, há um esforço de os manter na Segurança Social Obrigatória (SSO), através da MVS.

Deste modo, no período em análise, foram autorizados à inscrição da MVS 1.931 beneficiários, contra os 1.853 planificados, representando uma realização na ordem de 104,2%. Em acumulado, regista-se um total de 28.960 beneficiários autorizados, dos quais estão no activo 4.222, o equivalente a 14,6% dos acumulados.

Relativamente ao período homólogo, com um acumulado de 27.290 beneficiários autorizados, dos quais 4.514 eram activos, verifica-se um crescimento nos autorizados e decréscimo nos activos na ordem de 6,12% e 6,47%, respectivamente, conforme gráfico 5, que se segue.

Gráfico 5. Evolução do enquadramento dos TCO na MVS entre 2021 -2022



RELATÓRIO
& CONTAS 2022

INSTITUTO NACIONAL DE
SEGURANÇA SOCIAL
INSS
NATIONAL INSTITUTE OF
SOCIAL SECURITY

Demonstrações Financeiras – 31 de Dezembro de 2022

Modernizar Para Melhor Servir

Os resultados positivos na autorização na MVS estão relacionados, significativamente, por um lado, com o facto dos beneficiários TCO (desempregados ou não) serem, antecipadamente, sensibilizados para a importância da continuidade de contribuir para o sistema, em caso de estar desempregado e, por outro, por verificar que muitas empresas comunicaram, antecipadamente, os serviços do INSS sobre término de contratos com os trabalhadores visados, o que permitiu a sensibilização dos mesmos.

4.2.1.3 Regime dos Trabalhadores por Conta Própria (TCP)

O Diploma Ministerial nº 105/2015, de 27 de Novembro, alarga o âmbito de cobertura do sistema, dando oportunidade para que milhares de trabalhadores, exercendo actividades no sector não formal e no auto-emprego passem também a ter acesso à segurança social, com destaque para a protecção na velhice.

Para o efeito, durante o período em análise, foram inscritos 6.125 trabalhadores, o que representa uma realização do planificado na ordem de 153,1%, pois estava prevista a inscrição no sistema de 4.000 novos trabalhadores por conta própria, conforme o gráfico 6 abaixo

Gráfico 6. Evolução da inscrição de beneficiários TCP entre 2021 – 2022



Em acumulado registam-se 41.340 TCP, dos quais 18,0% (7.450 TCP) se encontram no activo. Relativamente ao ano anterior, com um acumulado de inscritos 64.154 TCP, dos quais 6.877 no activo, verifica-se um decréscimo de inscritos e crescimento dos activos na ordem de 35,56% e 8,33%, respectivamente.

4.2.2 Abertura de Delegações Provinciais e Representações Distritais

No período em análise houve a abertura do Posto de atendimento de Katembe, Metunge e Kanyaka, passando o INSS a ser representado em todas capitais provinciais, com um total de 11 Delegações Provinciais, 27 Delegações Distritais e 44 Representações Distritais.

4.2.3 Prova Anual de Vida (PAV)

A Prova de Vida, que consiste na verificação física da existência dos pensionistas com vista a poderem manter o direito às prestações concedidas pelo Sistema de Segurança Social, é um dever estabelecido ao abrigo do disposto no nº 1 do artigo 83 do Regulamento da Segurança Social Obrigatória, aprovado pelo Decreto nº 51/2017, de 9 de Outubro.

É de periodicidade anual e obrigatória, sendo um processo bastante simples e rápido em que o pensionista deverá apresentar o seu documento de identificação nos locais de atendimento disponíveis ao nível de todas as delegações provinciais e podendo ser domiciliária para os casos de pensionistas fisicamente incapacitados de se fazerem presentes aos locais de sua realização.

Entretanto, no exercício de 2022, o processo da realização de Prova Anual de Vida presencial para os pensionistas a nível nacional, teve lugar no período de 21 de Março a 21 de Junho, com prorrogação até o dia 15 de Julho de 2022. O lançamento oficial decorreu na Cidade de Maputo, nas instalações do Ministério do Trabalho e Segurança Social, sob orientação de Sua Excelência, Dra. Margarida Adamugy Talapa, Ministra do Trabalho e Segurança Social.

Assim, foi realizada a prova de vida para um total de 95.245 pensionistas realizaram a PAV, dos quais 39.827 por velhice, 53.857 de sobrevivência e 1.561 por Invalidez

4.2.4 Principais conclusões do Estudo Actuarial

Segundo o artigo 104 do Decreto 51/2017 de 9 de Outubro ,o INSS efectua o estudo actuarial pelo mens de três em três anos, para cada um dos regime. Em 2017 foi efectuada uma avaliação actuarial do sistema contributivo de segurança social no País pelos técnicos internos, com o apoio técnico da Organização Internacional do Trabalho –OIT.

De referir que estes técnicos beneficiaram de formação sobre esta matéria pelo que a cooperação com os técnicos especializados da OIT permitiu a consolidação dos conhecimentos obtidos durante a formação em ciência actuarial.

De acordo com as conclusões do estudo, a projecção dos fluxos de receitas e despesas revela, a curto e médio prazo, uma situação financeira sem tensões. As receitas originadas de contribuições e juros são suficientes para cobrir despesas com benefícios e despesas administrativas até 2052 e, caso o prémio se mantiver constante, a reserva será esgotada no ano de 2059.

4.2.5 Medidas de Reforma

O INSS continuou a desenvolver todo um conjunto de acções concertadas com vista a criar condições necessárias que lhe permitam obter uma opinião de auditoria assertiva sobre a sua Conta Anual. Há uma forte incidência dessas acções no processo de informatização e modernização do sistema, bem como efectuar reformas legais que permitam adequar a actividade do INSS às boas práticas internacionais, tudo na perspectiva de melhorar os serviços prestados aos utentes salvaguardando os princípios de segurança social obrigatória.

Durante o exercício de 2022, foi consolidada a conclusão, desenvolvimento e configuração de sistemas, integração das plataformas de pagamento móvel, Top Up e Mpesa, ao SISSMO para incrementar as ferramentas disponíveis para o pagamento de contribuições de Trabalhadores por Conta Própria e por Conta de Outrem. Contudo, é pertinente destacar algumas acções:

- a) Elaborados e aprovados os termos de referência para actualização do Software Minimal para adjudicação de uma entidade de suporte na actualização do mesmo;
- b) Sensibilização aos potenciais TCP para adesão aos mecanismos flexíveis de pagamento de contribuições;
- c) Actualizados os sistemas de monitorização dos links de comunicação e de todos activos informáticos para permitir que as anomalias sejam detectadas e resolvidas em tempo útil;
- d) Aprimoramento da articulação com Autoridade Tributaria, instituições licenciadoras das actividades económicas e conservatórias de entidade legais para a localização e/ou identificação dos contribuintes; (parece que não tem a ver com o sistema);

- e) Melhoradas as seguintes Funcionalidades: (i) emitir ofício do número de inscrição do INSS, (ii) realização da PAV, (iii) certidão de Quitação para o TCP, (iv) migração de acordos de parcelamento da dívida.

4.2.6 Medidas de Contenção

As despesas de administração correspondentes ao funcionamento dos serviços administrativos e financeiros do INSS e as despesas de acção sanitária e social, em conjunto, não devem ultrapassar 19% das receitas previstas no orçamento, à luz do artigo 111 do Decreto nº 51/2017, de 09 de Outubro.

O INSS tem estado a desencadear um conjunto de acções, concertadas, no sentido de conferir maior eficiência e eficácia ao processo de execução das despesas, sendo que para o exercício económico de 2022, foi observado o rácio de 17,63 % (3.860.150.286 MT) contra os 19% (3.836.313.245) projectados, influenciado pela receita que teve uma execução de 21.892.208.379MT (108%) contra os 20.199.528.368MT Projectados.

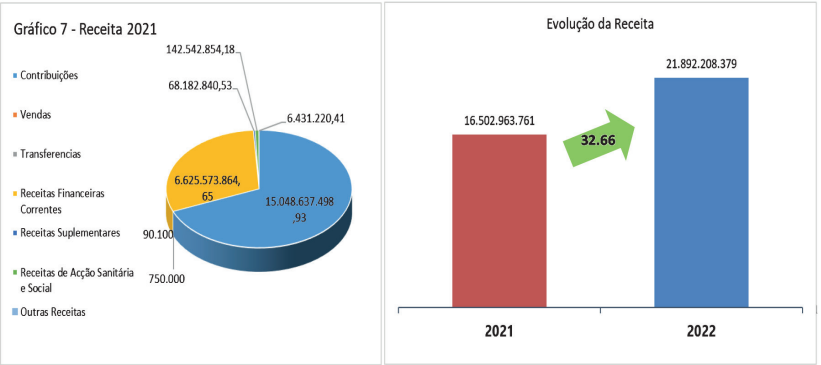
4.3 Eventos Subsequentes no âmbito do Estudo Actuarial

Decorre a bom ritmo os trabalhos de actualização do Estudo Actuarial do sistema contributivo de segurança social com assistência técnica da Organização Internacional do Trabalho – OIT. A equipa de Consultores da OIT esteve em Moçambique em finais de Maio deste ano, na qual veio recolher os dados para a elaboração do mesmo, cujos resultados devem ficar disponíveis em Dezembro do presente ano.

4.4. Principais Indicadores

4.4.1 Receitas

As Receitas totais situaram-se em 21.892.208.379MT, tendo aumentado em 32,66% comparativamente ao ano anterior (2021: 16.502.963.761MT), sendo que o valor relativo do crescimento e decréscimo é a média da ponderação das variações entre as receitas, nomeadamente, de contribuições, de vendas, financeiras correntes, suplementares, acção sanitária e social, outras receitas e de Resultados Extras na ordem de 18,47%, -8,76%, 84,95%, -7,54%, 3,59% e 4,43%, respectivamente, conforme o gráfico 7 abaixo.



4.4.2 Despesas

As Despesas Correntes do período foram de 12.887 344 065 MT (2021: 10.730 862 969 MT), sendo de considerar:

4.4.2.1 Despesas Técnicas

As Despesas Técnicas (pensões do regime) apresentaram uma execução de 9.054.313.734MT tendo registado um aumento de 22,46% comparativamente ao exercício anterior (2021: 7.393.437.807M), decorrente sobretudo da subida do número de pensionistas e do reajuste do valor das pensões.

4.4.2.2 Despesas Administrativas

As Despesas Administrativas e de Funcionamento apresentaram uma execução de 3.611.162.2110MT, tendo-se verificado um aumento em 746.858.324 MT, comparativamente ao exercício anterior (2021: 2.864.303.786MT), o que representa em termos relativos 26,07%.

4.4.2.3 Amortizações e Reintegrações do Exercício

O valor total das Amortizações e Reintegrações do Exercício foi de 324.644.747MT, o que comparativamente com o exercício anterior (2021: 323.549.693MT) representa um aumento de 1.095.054MT, equivalente a 0,34%.

4.4.2.4 Provisões do exercício

Para o presente exercício económico, o reforço das provisões sitou-se nos 72.171.891MT para cobertura de riscos inerentes a imobilizações financeiras.Contudo, houve resersões de provisões no total de 184 416 108 Mt, originando um saldo credor de 112 244 216 Mt.

4.4.3 Investimentos

O INSS continua a privilegiar a rentabilização dos investimentos efectuados nos períodos anteriores, sendo que no exercício de 2022 as despesas com investimentos registaram uma execução de 14.652.478.135MT que se destacam em:

a) Despesas de Capital Produtivo

As despesas com o capital produtivo tiveram uma execução de 14.403.486.959MT constituídas, fundamentalmente, pela Subscrição e realização de Títulos (Obrigações e Bilhetes de Tesouro), construção do edifício sede da Delegação Provincial de Niassa e Delegação Provincial de Nam-pula, Distrital de Buzi, Posto de atendimento de Mapai, Marrupa, Kanyaka, Katembe, Mossorize, Guro, Gilé, Chiúre e constituição de Depósitos a prazo.

b) Despesas de Capital de funcionamento

As Despesas de Capital de funcionamento tiveram uma execução de 248.988.176MT.



O Director da DAF
Jaime Custódio Nhavene
(Técnico Superior N1)



KPMG Auditores e Consultores, SA
Edifício KPMG
Rua 1.233, Nº 72 C
Maputo, Moçambique

Telefone: +258 (21) 355 200
Telefax: +258 (21) 313 358
Caixa Postal, 2451
Email: mzm-inform@kpmg.com
web: www.kpmg.com/mz

Relatório dos Auditores Independentes

Ao Conselho de Administração do

Instituto Nacional de Segurança Social

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras do Instituto Nacional de Segurança Social (“o INSS”) constantes das páginas 16 a 37, que compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2022, a Demonstração dos resultados, o Mapa de fluxos de caixa e o Mapa de mutação de valores do exercício findo naquela data, bem como as notas às demonstrações financeiras, incluindo um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras do INSS - Instituto Nacional de Segurança Social relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2022, foram preparadas em todos os aspectos materiais, de acordo com o Plano de Contas Específico para o Sistema de Segurança Social, aprovado pelo Decreto Ministerial de 31 de Janeiro de 1990.

Bases para Opinião

Realizamos a nossa auditoria de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs). As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção *Responsabilidades dos Auditores pela Auditoria das Demonstrações Financeiras* do nosso relatório. Somos independentes do INSS de acordo com o *Código de Ética para Contabilistas Profissionais da Federação Internacional de Contabilistas (incluindo Normas Internacionais de Independência) (Código IESBA)* juntamente com os requisitos éticos que são relevantes para a nossa auditoria das demonstrações financeiras em Moçambique e cumprimos as nossas outras responsabilidades éticas de acordo com estes requisitos e o Código IESBA. Acreditamos que a evidência de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidade da Direcção Geral do INSS pelas Demonstrações Financeiras

A Direcção Geral do INSS é responsável pela preparação e apresentação adequada das demonstrações financeiras de acordo com o Plano de Contas Específico para o Sistema de Segurança Social, aprovado pelo Decreto Ministerial de 31 de Janeiro de 1990, e por um sistema de controlo interno relevante para a preparação de demonstrações financeiras que estejam livres de distorções materiais, devidas a fraude ou erro.

Na preparação das demonstrações financeiras, a Direcção Geral do INSS é responsável por avaliar a capacidade do INSS continuar a operar segundo o pressuposto da continuidade e utilizar a base contabilística da continuidade, a menos que a Direcção Geral pretenda dissolver o INSS e cessar as operações, ou não tenham alternativa senão fazê-lo.

Responsabilidades dos Auditores pela Auditoria das Demonstrações Financeiras

Os nossos objectivos são obter uma segurança razoável se as demonstrações financeiras como um todo estão livres de distorções materiais, devido a fraude ou erro, e em emitir um relatório de auditoria que inclua a nossa opinião. Uma segurança razoável é um alto nível de garantia, mas não é uma garantia de que uma auditoria conduzida de acordo com as ISAs detectará sempre uma distorção material quando existir. As distorções podem resultar de fraude ou erro e são consideradas materiais se, individualmente ou no agregado, quando se pode razoavelmente esperar que influenciem as decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com ISAs, exercemos o julgamento profissional e mantemos o ceticismo profissional durante a auditoria. Nós, igualmente:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou erro, desenhamos e implementamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos e obtemos evidência de auditoria que seja suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. O risco de não detectar uma distorção material resultante de fraude é maior do que para uma resultando de erro, uma vez que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, declarações falsas ou a derrogação do controlo interno.
- Obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria, a fim de desenhar procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressamos uma opinião sobre a eficácia do controlo interno.
- Avaliamos a adequação das políticas contabilísticas utilizadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e divulgações feitas pela Direcção.
- Concluimos sobre a adequação do uso por parte da Direcção do pressuposto da continuidade e com base na evidência de auditoria obtida, se existe uma incerteza material relacionada a acontecimentos ou condições que possam suscitar uma dúvida significativa sobre a capacidade do INSS de continuar a operar de acordo com o pressuposto da continuidade. Se concluímos que existe uma incerteza material, somos obrigados a chamar a atenção no relatório do auditor, para as divulgações relacionadas nas demonstrações financeiras ou, caso tais divulgações sejam inadequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões baseiam-se na evidência de auditoria obtida até a data do nosso relatório de auditoria. No entanto, acontecimentos ou condições futuras podem fazer com que o INSS deixe de operar segundo o pressuposto da continuidade.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as transações e eventos subjacentes de forma a obter uma apresentação apropriada.

Comunicamos com a Direcção Geral do INSS sobre, entre outros assuntos, o âmbito planeado e os prazos da auditoria e as constatações de auditoria significativas, incluindo quaisquer deficiências significativas no controlo interno que identificamos durante a nossa auditoria.

KPMG, Sociedade de Auditores Certificados, 04/CA/OCAM/2014

Representada por:

Abel Jone Guabanguia, nº 04/CA/OCAM/2012
Sócio
09 de Novembro de 2023



VI – Demonstrações Financeiras

VI.i. Balanço

Balanço em 31 de Dezembro de 2022				
	Notas	Valores em Meticais		
		31-Dez-2022	31-Dez-2021	
Activos				
Caixa	7.2	63.810	37.906	
Bancos	7.2	25.114.016.732	25.993.473.318	
Contribuintes	7.3	4.440.469.385	4.810.770.913	
Devedores por Rendimentos e Amortizações	7.4	1.129.365.084	738.625.511	
Devedores/ Prestações a repor ou a reembolsar	7.5	4.430.519	4.430.519	
Empréstimo Concedidos	7.6	1.270.500.000	1.270.500.000	
Outros Devedores	7.7	549.793.356	373.465.888	
Existências	7.8	309.834	399.934	
Imobilizado Corpóreo e Incorpóreo	7.9	8.235.377.596	6.770.276.835	
Imobilizações Financeiras	7.10	28.445.379.075	21.467.367.234	
Despesas Antecipadas	7.11	32.994.611	49.496.217	
		69.222.700.002	61.478.844.276	
Passivo				
Despesas com População Activa - Prestações a pagar	7.12	2.245.423	65.036.699	
Despesas com Pensões	7.13	107.011.563	12.510.390	
Despesas com Subsídio Por Morte - Prestações a pagar	7.14	504.659	77.798.626	
Despesas com Acção Sanitária e Social	7.15	49.260	2.729.542	
Prestações em Prescrição	7.16	192.410	32.813.466	
Sector Público Estatal	7.17	65.576.319	43.683.690	
Fornecedores	7.18	10.590.059	6.313.440	
Empréstimos Obtidos	7.19	101.377.307	27.185.900	
Adjudicatários com Cauções	7.20	2.231.325	2.265.399	
Outros Credores	7.21	126.868.154	81.693.872	
INSS - Contribuições e Adicionais	7.22	4.440.469.385	4.810.770.913	
Receitas Antecipadas	7.23	787.500	1.386.948	
		4.857.903.363	5.164.188.887	
Situação Líquida				
Reservas				
Reserva do Ramo de Doença	7.24	1.651.606.887	1.358.120.421	
Reserva do Ramo de Morte	7.24	1.941.477.609	1.752.174.284	
Reserva do Ramo de Pensões	7.24	11.814.677.081	11.787.581.111	
Reservas Geral do Sistema	7.24	34.021.716.412	28.786.581.907	
		49.429.477.989	43.694.457.723	
RESERVAS DE CAPITAL				
Para Edifícios e Outras Construções	7.24	43.027.629	43.027.629	
Para Equipamento Industrial	7.24	(67.676)	(67.676)	
Para Material de Transporte	7.24	530.923	530.923	
De Excedente de Revalorização	7.24	1.443.873.830	1.476.689.145	
		1.487.364.707	1.520.180.021	
Resultados Transitados		5.397.812.693	5.745.020.266	
		61.172.558.751	56.113.846.897	
Resultados Líquidos de Exercício		8.050.141.250	5.364.997.378	
Total do Passivo e da Situação Líquida		69.222.700.002	61.478.844.276	

VI.ii. Demonstração de Resultados

Demonstração de Resultados do exercício findo em 31 de Dezembro de 2022			
	Notas	Valores em Meticais	
		2022	2021
PROVEITOS			
Contribuições do regime	7.25	15.048.637.499	12.702.976.259
Outras receitas	7.26	6.843.570.880	3.799.987.502
Total dos proveitos	7.26	21.892.208.379	16.502.963.761
CUSTOS			
Pensões do Regime	7.27	9.054.313.734	7.393.437.807
Despesas Administrativas	7.28	3.611.162.110	2.864.303.786
Amortizações e reintegrações de Exercício	7.9	324.644.747	323.549.693
Provisões do Exercício	7.29	(112.244.216)	149.571.682
Total dos custos		12.887.344.065	10.730.862.969
Resultados correntes do Exercício		9.014.332.005	5.771.524.029
Resultados Extraordinários do Exercício (Líquidos)	7.30	(742.344.066)	(57.506.215)
Resultados Imputáveis a Exercícios Anter (Líquidos)	7.31	(221.846.688)	(349.020.436)
Resultados Líquidos do Exercício	7.32	8.050.141.250	5.364.997.378

VI.iii. Mapa de Fluxos de Caixa

Mapa de Fluxos de Caixa do Exercício findo em 31 de Dezembro de 2022	2022	2021
Fluxo de caixa de actividades operacionais		
Resultado Líquido	8.050.141.250	5.364.997.378
Variação do activo		
Diminuição/aumento de contas a receber		
Contribuintes	370.301.529	(358.488.436)
Devedores por Rendimentos	(390.739.573)	(513.208.120)
Amortizações amortizações	324.644.747	-
Devedores por Prestações a Pagar a Beneficiários	0	(4.430.519)
Devedores por Prestações a repor ou a reembolsar	0	(176.327.468)
Outros Devedores	(176.327.468)	149.148.671
Diminuição/aumento de existências		
Diminuição/ (aumento) de Despesas Antecipadas	90.100	20.745
	16.501.605	(26.569.561)
Variação do Passivo		
Aumento/diminuição de contas a pagar		
Despesas com População Activa - Prestações a pagar	(62.791.277)	33.362.635
Despesas com Pensões	94.501.172	5.551.100
Despesas com Subsídio por Morte - Prestações a pagar	(77.293.967)	25.324.814
Despesas com Acção Sanitária e Social	(2.680.282)	973.393
Prestações em Prescrição	(32.621.056)	(9.479.659)
Sector Público Estatal	21.892.628	(5.573.029)
Fornecedores	4.276.620	(26.742.744)
Empréstimos Obtidos	(34.075)	(32.072.106)
Outros Credores	45.174.282	30.108.979
INSS - Contribuições e Adicionais	(370.301.529)	358.488.436
Aumento/diminuição de derferimentos e outro passivo corrente	(599.448)	1.364.188
Fluxo de caixa líquido das actividades operacionais	7.814.135.258	4.972.776.165
Fluxo de caixa de actividades de investimento		
Imobilizações Financeiras	(6.978.011.841)	(8.244.226.507)
Imobilizado Corpóreo e Incorpóreo	(1.789.745.507)	371.086.225
Fluxo de caixa líquido das actividades de investimento	(8.767.757.348)	(7.938.770.910)
Fluxo de caixa de actividades de financiamento		
Adjudicatários com Cauções	74.191.407	(1.245.714.403)
Fluxo de caixa líquido das actividades de financiamento	74.191.407	(1.245.714.403)
Fluxo de caixa total das operações, investimento, e financiamento	(879.430.683)	(4.146.078.520)
Varição da caixa e seus equivalentes	(879.430.683)	(4.146.078.520)
Varição da caixa e seus equivalentes no início do período	25.993.511.224	30.139.589.744
Varição da caixa e seus equivalentes no final do período	25.114.080.542	25.993.511.224

VI. iv. Mapa de Mutação de Valores

DESIGNAÇÃO	EXERCÍCIO (N) 2022	EXERCÍCIO (N-1) 2021	VARIACÕES	
			PARA +	PARA -
ACTIVO				
GRUPO I				
DISPONIBILIDADE				
Caixa	63.810	37.906	25.904	-
Depósito à ordem	8.467.410.928	3.868.209.003	4.599.201.925	-
Depósitos a Prazo	18.553.587.278	24.183.708.251	-	5.630.120.974
	27.021.062.015	28.051.955.160	4.599.227.828	5.630.120.974
CRÉDITOS A CURTO PRAZO				
Contribuintes	4.440.469.385	4.810.770.913	-	370.301.529
Devedores por Rendimento Amortizações	1.129.365.084	738.625.511	390.739.573	-
Devedores por Prestações a Repor/Recomb.	4.430.519	4.430.519	-	-
Outros Devedores	954.513.171	778.185.703	176.327.468	-
Despesas Antecipadas	32.994.611	49.496.217	-	16.501.605
	6.561.772.720	6.381.508.863	567.067.042	386.803.134
EXISTÊNCIAS				
Mercadorias	309.834	399.934	-	90.100
	309.834	399.934	-	90.100
TOTAL DO GRUPO I	33.583.144.619	34.433.863.957	5.166.294.870	6.017.014.208
GRUPO II				
CRÉDITOS A MÉDIO E LONGO PRAZOS				
Empréstimo concedidos	1.270.500.000	1.270.500.000	-	-
Imobilizações Financeiras	29.577.348.805	22.560.118.718	7.017.230.087	-
Imobilizações Corpóreas	7.988.415.065	7.497.882.244	490.532.821	-
Imobilizações Incorpóreas	94.693.331	28.490.246	66.203.084	-
Imobilizações em curso	3.660.975.754	2.510.701.148	1.150.274.606	-
Custos Plurianuais	55.050.920	52.741.183	2.309.737	-
TOTAL DO GRUPO II	42.646.983.874	33.920.433.539	8.726.550.336	-
TOTAL DO ACTIVO	76.230.128.494	68.354.297.496	13.892.845.206	6.017.014.208

DESIGNAÇÃO	EXERCÍCIO (N) 2022	EXERCÍCIO (N-1) 2021	VARIACÕES	
			PARA+	PARA-
PASSIVO				
GRUPO I				
DÉBITO A CURTO PRAZO				
Desp. Com População Activa - Prestações Pagar	2.245.423	65.036.699	-	62.791.277
Despesas Com Pensões	107.011.563	12.510.390	94.501.172	-
Despesas com Subsídio para Morte	504.660	77.798.627	-	77.293.967
Prestações a Pagar	49.260	2.729.542	-	2.680.282
Despesas com Acção Sanitária Social	192.410	32.813.466	-	32.621.056
Sector Público Estatal	65.576.319	43.683.690	21.892.628	-
Fornecedores	10.590.059	6.313.440	4.276.620	-
Adjudicatários com Cauções	2.231.325	2.265.399	-	34.075
Outros Credores	126.868.154	81.693.872	45.174.282	-
Contribuições e Adicionais	4.440.469.385	4.810.770.913	-	370.301.529
TOTAL	4.755.738.556	5.135.616.039	165.844.702	545.722.185
DÉBITO A LONGO PRAZO				
Empréstimos Obtidos	101.377.307	27.185.900	74.191.407	-
TOTAL DO GRUPO I	4.857.115.864	5.162.801.940	240.036.109	545.722.185
GRUPO II				
Amortizações Reintegrações	2.233.626.415	1.989.406.927	244.219.488	-
TOTAL	2.233.626.415	1.989.406.927	244.219.488	-
RECEITAS ANTECIPADAS				
Receitas Antecipadas	787.500	1.386.948	-	599.448
	787.500	1.386.948	-	599.448
SITUAÇÃO LÍQUIDA				
Provisões	4.773.802.076	4.886.046.293	-	112.244.216
Reservas do Sistema	49.429.477.989	43.684.457.723	5.745.020.266	-
Reservas de Capital	1.487.364.707	1.520.180.021	-	32.815.314
Resultados Transitados	5.397.812.693	5.745.020.266	-	347.207.573
Resultados Líquidos	8.050.141.250	5.364.997.378	2.667.548.218	8.050.141.250
TOTAL DA SITUAÇÃO LÍQUIDA	69.138.598.715	61.200.701.681	8.430.164.138	69.138.598.715
TOTAL DO GRUPO II	71.373.012.630	63.191.495.556	8.674.383.626	71.373.012.630
TOTAL DO PASSIVO + SITUAÇÃO LÍQUIDA	76.230.128.494	68.354.297.496	8.914.419.735	76.230.128.494

VII - Notas às Demonstrações Financeiras

Introdução

O Instituto Nacional de Segurança Social (INSS), é uma entidade pública criada pelo Decreto nº 17/88, de 27 de Dezembro, como instituição gestora do regime de Segurança Social Obrigatória, dotada de personalidade jurídica, de autonomia administrativa, financeira e de património próprio. O INSS é tutelado pelo Ministro do Trabalho e Segurança Social.

O Sistema de Segurança Social visa pois, garantir a prestação da assistência aos trabalhadores em casos de doença, acidente, maternidade, invalidez, velhice bem como aos seus familiares, em casos de morte e noutros a definir futuramente, atendendo às possibilidades económicas do País e à capacidade administrativa do próprio sistema.

7. Bases de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com os princípios contabilísticos definidos no Plano de Contas Específico para o Sistema de Segurança Social, aprovado por Despacho Ministerial de 31 de Janeiro de 1990.

As Notas às demonstrações financeiras foram preparadas tendo por base formatos geralmente adoptados em Moçambique, com as necessárias adaptações, de forma a facilitar a sua leitura e compreensão, tendo em conta o escopo do negócio do INSS.

7.1 Políticas contabilísticas e critérios valorimétricos adoptados

As principais políticas contabilísticas mais significativas utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras foram os seguintes:

(a) Custo histórico

As demonstrações financeiras foram preparadas em observância do princípio da convenção do custo histórico, exceptuando determinadas contas cujo método de registo vem expressamente referido.

(b) Saldos e transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira (diferente do Metical) são registadas para Metical ao câmbio da data da transação usando o câmbio do BIM.

Os activos e passivos monetários em moeda estrangeira à data de balanço são convertidos para Metical à taxa de câmbio do BIM da data do balanço. Os ganhos e perdas cambiais apurados nas datas dos pagamentos e recebimentos, bem como a actualização dos saldos na data do balanço, são reconhecidos na conta Resultados Extraordinários do Exercício.

(c) Imobilizações Financeiras

As imobilizações financeiras, que representam os investimentos financeiros do INSS estão registadas ao custo de aquisição, líquido de perdas por imparidade acumuladas, com excepção das partes de capital em empresas cotadas, que são reconhecidas ao seu Justo valor.

(d) Imobilizado Corpóreo

O Imobilizado Corpóreo é registado inicialmente ao custo de aquisição, acrescido das despesas adicionais de compra e instalação, deduzido das respectivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade. Depois do reconhecimento inicial, os itens de imobilizado corpóreo são sujeitos a uma reavaliação por um avaliador independente em intervalos regulares de 5 (cinco) em cinco anos. O resultado da reavaliação é registado por contrapartida de reserva de reavaliação em capitais próprios e realizado anualmente na mesma proporção das amortizações do exercício desses itens reavaliados.

(e) Imobilizado Incorpóreo

O Imobilizado Incorpóreo, representado por software e encargos plurianuais, encontra-se registado ao custo de aquisição, líquido de amortizações acumuladas e perdas por imparidade.

(f) Amortizações de imobilizado corpóreo e incorpóreo

As amortizações são calculadas numa base anual, obedecendo o método das quotas constantes, utilizando as taxas máximas previstas na legislação fiscal em vigor, que se considera representarem de forma satisfatória a vida útil estimada dos bens.

As taxas de amortizações mais importantes são as seguintes:

Edifícios e outras construções	2%
Equipamento de Transporte	20% - 25%
Equipamento administrativo e mobiliário diverso	10%
Outros bens imobilizados	10% - 16,7%
Equipamento informático	14,28%
Estudos e consultoria, Software – SISSMO	33,3%

g) Existências

O custo das existências compreende o preço da factura e todas as despesas de compra incorridas. As existências estão valorizadas ao custo médio ponderado.

(h) Receitas de Contribuições

A taxa de contribuições vigente e obrigatória é de 7%, sendo 4% a cargo das entidades empregadoras e 3% suportada pelos trabalhadores.

As contribuições são reconhecidas e registadas no momento em que são recebidas.

(i) Despesas com Prestações do Regime e Acção Sanitária Social

As despesas com prestações e acção sanitária social são reconhecidas no acto de emissão das ordens de pagamento.

(j) As Receitas e Despesas diferentes das em h) e i)

As restantes receitas



7.4 Devedores por Rendimentos e Amortizações

O saldo da rubrica de Devedores por rendimentos e amortizações, no montante de 1.129.365.084MT (2021: 738.625.511MT), compreende os créditos sobre terceiros representativos de rendimentos e amortizações a receber, sendo que, em referência a 31 de Dezembro de 2022, respeita à especialização de juros de depósitos a prazo, obrigações e bilhetes de tesouro, bem como dos dividendos relativos ao presente exercício, mas que serão pagos no exercício seguinte.

7.5 Devedores por Prestações a repor ou a reembolsar

O saldo da rubrica de Devedores por Prestações a repor ou a reembolsar, no montante de 4.430.519MT, compreende as dívidas de beneficiários relativas a prestações indevidamente processadas e pagas ou a prestações que, no todo ou na parte devem ser reembolsadas a Segurança Social, sendo que, para o exercício de 2022 não teve qualquer marcação.

7.6 Empréstimo Concedidos

O saldo desta conta, no montante de 1.270.500.000M, representa o valor gasto na aquisição de Suprimentos na REVIMO – Rede Viária de Mocambique, onde o INSS é acionista, para cobrir as necessidades de tesouraria e assegurar o desenvolvimento do projecto de construção de portagens e sistemas de cobranças e não teve qualquer marcação em relação ao ano anterior.

7.7 Outros Devedores

O saldo da rubrica de outros devedores, no montante de 549.793.356MT (2021: 373.465.888MT), diz respeito aos movimentos com terceiros não abrangidos por qualquer das contas pertencentes a esta classe. Relativamente ao ano anterior, representa um aumento no saldo de 176.327.468MT. No decorrer do exercício, a provisão para a cobertura dos riscos para devedores manteve – se em 404.719.815MT.

Outros Devedores	Valores em Metical	
	31-Dez-2022	31-Dez-2021
Adiantamento ao Pessoal	66.188.430	40.243.339
Saneamento	-	-
Delegações	91.958.789	108.649.980
Alienação de Viaturas	4.685.573	5.669.199
Outros Devedores Diversos	791.680.380	623.623.185
Total Bruto	954.513.171	778.185.703
Provisão para Outros Devedores	(404.719.815)	(404.719.815)
Total Líquido	549.793.356	373.465.888

A provisão para Outros devedores decompõem-se como se segue:

Disponibilidade	Valores em meticais	
	31-Dez-2022	31-Dez-2021
Saldo inicial	404.719.815	365.093.390
Reforço	-	109.007.816
Reversões/ajustamento	-	(69.381.391)
Saldo final	404.719.815	404.719.815

7.8 Existências

O saldo das existências, no montante de 309.834MT (2021: 399.934MT), refere-se ao inventário de brochuras de legislação sobre o Sistema.

7.9 Imobilizado Corpóreo e Incorpóreo

No presente exercício, de entre várias realizações registadas nesta rubrica, destaca-se a conclusão do edifício do Posto de atendimento de Katembe, Metunge e Kanyaka que foram transferidos de imobilizado em curso para Edifícios e Outras construções.

Imobilizado	Valores em Meticais					
	2022	Novas Aquisições	Abates	Reclassificações/Ajustamentos	Transferências	2021
Custos						
Terrenos e recursos Naturais	448.689	-	-	-	-	448.689
Edifícios e outras construções	6.499.850.456	174.655.000	-	-	61.794.253	6.263.401.203
Equipamento de Transporte	719.120.361	151.260.419	-	-	-	567.859.942
Equipamento Administrativo e Mobiliário Diverso	695.459.288	84.807.991	-	-	-	610.651.297
Outros Bens Imobilizados	52.607.738	3.681.255	-	-	-	48.926.483
Software - SISSMO	94.693.331	111.879.310	-	45.676.226	-	28.490.246
Estudos e consultorias	20.928.532	25.549.422	-	11.215.518	-	6.594.629
Custos Plurianuais	55.050.919	25.843.251	-	23.533.515	-	-
Imobilizações em Curso	3.660.975.754	1.212.068.859	-	-	(61.794.253)	2.563.422.331
Total Bruto	11.799.135.068	1.789.745.507	80.425.259	-	-	10.089.814.820

Amortizações.Acumuladas	31-12-2022	Amortizações do Exercício	Abates/AR.directa.	31-12-2021
Terrenos.e.recursos.Naturais	-	-	-	-
Edifícios.e.outras.construções	1.166.825.056	128.736.242	-	1.038.088.814
Equipamento deTransporte	559.973.668	69.436.753	-	490.536.915
Equipamento Administrativo eMobiliário.Diverso	468.809.198	42.170.116	-	426.639.081
Estudos e consultorias	38.018.494	3.876.377	-	34.142.117
Outros.Bens.Imobilizados	-	80.425.259	-	-
Total. Amortizações	(2.233.626.415)	324.644.747	-	(1.989.406.927)
Imparidade	(1.330.131.058)	-	-	(1.330.131.058)
Total.Líquido	8.217.781.942	-	-	6.770.276.835

Imobilizado	Valores em Meticais					
	2021	Novas Aquisições	Abates/AR directa	Reclassificações/Ajustamentos	Transferências	2020
Custos						
Terrenos e recursos Naturais	448.689	62.550	-	-	-	386.139
Edifícios e outras construções	6.263.401.203	-	-	-	-	6.263.401.203
Equipamento de Transporte	567.859.942	22.888.000	-	-	-	544.971.942
Equipamento Administrativo e Mobiliário Diverso	610.651.297	94.965.542	-	-	-	522.474.105
Outros Bens Imobilizados	48.926.483	-	-	-	-	48.926.483
Software - SISSMO	28.490.246	11.559.600	-	51.823.580	-	80.313.826
Estudos e consultorias	6.594.629	3.566.937	-	8.400.542	-	11.428.233
Custos Plurianuais	52.741.183	62.621.346	-	38.520.348	-	28.640.185
Imobilizações em Curso	2.510.701.148	119.240.204	-	-	-	2.735.553.706
Total Bruto	10.089.814.820	314.904.179	98.744.470	-	-	10.236.095.823

	31-12-2021	Amortizações do Exercício	Abates/AR.directa.	31-12-2020
Terrenos.e.recursos.Naturais	-	-	-	-
Edifícios.e.outras.construções	1.038.088.814	125.470.005	-	912.618.810
Equipamento deTransporte	490.536.915	44.273.565	-	446.263.350
Equipamento Administrativo eMobiliário.Diverso	426.639.081	51.157.144	-	375.481.937
Outros.Bens.Imobilizados	34.142.117	3.904.509	-	30.237.608
Imobilizações Incorporáveis	-	98.744.470	-	-
Total. Amortizações	(1.989.406.927)	323.549.693	-	1.764.601.704
Imparidade	(1.330.131.058)	-	-	(1.330.131.058)
Total.Líquido	6.770.276.835	-	-	7.141.363.061

Adições em edifícios e outras construções representa as transferências vindas das imobilizações em curso no valor de 61.794.253MT e o desembolso parcial sob forma de Dação de imóveis do Extinto Nosso Banco no qual o INSS era acionista avaliados em 874.655.000MT dos quais 700.000.000MT foi registado nas imobilizações em Curso.

Adições em imobilizações em curso corresponde a construção da Delegação Provincial de Ni-assa, Nampula, Sofala e Inhambane, Distrital de Buzi, Namaacha, Nhamatanda, Gondola, Manjacaze, Lago, Milange, Moatize, Malema, Memba e Caia e Posto de atendimento de Mapai, Marrupa, Mussorize, Guro, Nhamayabue, Moma, Gile. Ilha de Moçambique, Ribaue, Mopeia, Machaze, Chiure, Namacura, Mopeia, Barue, Quissanga, Maua, Zavala, Cahora Basa, Chemba, Nicuadala, Inharrime, Xinavane, Mandimba, Mutarara e Bilene.

As Amortizações e Reintegrações do Exercício em análise ascenderam 324.644.747MT (2021: 323.549.693MT), o que representa um aumento de 1.095.054MT, influenciado pelas novas aquisições.

7.10 Imobilizações Financeiras

A rubrica de Imobilizações Financeiras para o presente exercício económico foi reavaliada em função do desempenho específico das Sociedades Participadas, sendo que a posição financeira é de 28.445.379.075MT (2021: 21.467.367.234MT), tendo-se registado 784.718.660MT como perdas por imparidades acumuladas das acções da CMH, BIM e HCB e 18.057.532MT de ganhos por imparidades acumuladas das acções da NedBank, Epsilon e MCS. A sua composição está conforme a tabela que se segue:

IMOBILIZAÇÕES FINANCEIRAS	% de Participação	Valores em Meticais			
		Valor Reavaliado 2022	Valor ao custo histórico 2022	Valor Reavaliado 2021	Valor ao custo histórico 2021
Obrigações e Bilhetes de Tesouro	-	24.633.986.400	24.625.338.865	16.900.730.134	16.900.730.134
BIM - Banco Internacional de Moçambique	4,95%	1.747.471.968	222.780.900	2.016.831.218	222.780.900
Ex - Nosso Banco	-	452.983.947	452.983.947	452.983.947	452.983.947
MCS - Moçambique Companhia de Seguros	4,22%	10.848.528	7.068.690	9.187.846	7.068.690
CDM - Cervejas de Moçambique	2,52%	396.930.578	396.930.578	396.930.578	396.930.578
C.M.Hidrocarbonetos	4,06%	539.172.900	116.811.500	723.123.000	67.047.300
Epsilon	13,74%	190.614.917	182.256	188.743.360	182.256
Banco Único	2,14%	97.795.261	66.747.000	83.269.968	66.747.000
Ceta	20%	366.212.000	366.212.000	366.212.000	366.212.000
HCB - Hidroelétrica de Cahora Bassa	1,57%	1.015.107.307	1.295.881.668	295.881.668	1.295.881.668
REVIMO-Rede Viária de Moçambique	15%	126.225.000	126.225.000	126.225.000	126.225.000
Sub-Total	-	29.577.348.806	27.677.162.404	22.560.118.719	19.901.918.723
Provisão p/ Participações Financeiras	-	(1.131.969.730)	-	(1.092.751.484)	-
Total Líquido	-	28.445.379.075	27.677.162.404	21.467.367.234	11.604.917.213

A provisão para para imobilizações financeiras decompõem-se como se segue:

Disponibilidade	Valores em meticais	
	31-Dez-2022	31-Dez-2021
Saldo inicial	1.092.751.484	1.052.187.618
Reforço	72.171.891	41.140.630
Reversões/ajustamento	(32.953.645)	(576.764)
Saldo final	1.131.969.730	1.092.751.484

7.11 Despesas Antecipadas

O saldo de Despesas antecipadas, no montante de 32.994.611MT (2021: 49.496.217MT), representa as despesas liquidadas no exercício e que dizem respeito ao ano seguinte.

7.12 Despesas com População Activa - Prestações a Pagar

O saldo desta conta, no montante de 2.245.423MT (2021: 65.036.699MT) representa os valores retidos pelos centralizadores para pagamento de prestações aos beneficiários. Comparativamente ao exercício anterior registou uma diminuição de 62.791.276MT.

7.13 Despesas com Pensões – Prestações a Pagar

O saldo desta conta, no montante de 107.011.563MT (2021: 12.510.396MT), representa o valor das pensões processadas e não reclamadas pelos legítimos beneficiários antes da entrada em prescrição. Comparativamente ao exercício anterior registou um aumento em 94.501.172MT.

7.14 Despesas com Subsídio por Morte – Prestações a Pagar

O saldo desta conta, no montante de 504.659MT (2021: 77.798.627MT), representa o valor dos subsídios por morte processados, que à data de encerramento do exercício findo em 31 de Dezembro, ainda não haviam sido pagos. Comparativamente ao exercício anterior a conta diminuiu em 77.293.967 MT.

7.15 Despesas com Acção Sanitária e Social

O saldo desta conta, no valor de 49.260MT (2021: 2.729.542MT), é referente às despesas processadas e ainda não pagas, destinadas a atender carências específicas das famílias e da comunidade. Em relação ao exercício anterior, diminuiu em 2.680.282MT.

7.16 Prestações em Prescrição

O saldo desta conta, no montante de 192.410MT (2021: 32.813.466MT), representa as prestações processadas nas contas pagadoras precedentes desta, que, no entanto, não foram ainda reclamadas, aguardando o prazo legal de prescrição (prazo de prescrição igual a três anos, conforme o nº 2 do art.30, da Lei 4/2007 de Fevereiro). Relativamente ao ano anterior, diminuiu em 32.621.056MT.

7.17 Sector Público Estatal

Esta rubrica regista as operações inerentes à liquidação de taxas, contribuições, quotizações à administração Central e Local e outros organismos afins. O seu saldo ascende a 65.576.319MT

(2021: 43.683.690MT), o que comparativamente a 2021 representa um aumento de 21.892.629 MT.

7.18 Fornecedores

O saldo desta conta, no valor de 10.590.059MT (2021: 6.313.440MT), representa os encargos não assumidos e liquidados no exercício, referentes a fornecimentos por terceiros de bens e serviços, o que comparativamente a 2021 representa um aumento de 4.276.619 MT

7.19 Empréstimos Obtidos

O saldo desta conta, no montante de 101.377.307MT (2021: 27.185.900MT), representa os empréstimos obtidos (locações financeiras) junto da Banca Comercial para equipamento de transporte, o que comparativamente a 2021, representa aumento de 74 191 407 Mt.

7.20 Adjudicatários com Cauções

O saldo desta conta, no valor de 2.231.325MT (2021: 2.265.399MT), representa o valor das garantias bancárias dos fornecedores e de outros devedores credores diversos, o que comparativamente a 2021 representa uma diminuição de 34.164 MT.

7.21 Outros Credores

Outros Credores	Valores em Metical	
	2022	2021
Remunerações a Pagar	8.232.903	8.540.514
Fundo dos Funcionários do INSS	712.842	804.599
Contribuições a Restituir	30.640.932	27.110.071
Credores Diversos	87.281.476	45.238.688
Total	126.868.154	81.693.872

7.22 INSS - Contribuições e Adicionais

O saldo desta conta, no montante de 4.440.469.385MT (2021: 4.810.770.913MT), indica a diferença entre as contribuições efectivamente recebidas através das guias de depósito e as declaradas nas remunerações. Comparativamente ao exercício anterior diminuiu em 370.301.528 MT.

7.23 Receitas Antecipadas

As receitas antecipadas ascenderam a 787.500MT (2021: 1.386.948MT) e dizem respeito às receitas recebidas no exercício, cujo proveito só será reconhecido no exercício seguinte.Comparativamente ao exercício anterior , diminuiu em 599 448 Mt.

7.24 Reservas

Não estando determinado por lei o aumento do valor do activo imobilizado bem como da cobertura actuarial dos regimes de prestação social não compreendidos no Sistema de Segurança Social, não foram criadas as Reservas de Reavaliação de Imobilizações, respectivamente, nos termos definidos nos artigos nºs 38 e 39, do Diploma Ministerial n.º 45/90, de 9 de Maio.

A conta de reservas compreende as reservas técnicas e de capital, como ilustra o quadro que se seguinte:

Descrição	Valores em Meticais	
	2022	2021
Reservas Técnicas		
Ramo de Doença	1.651.606.887	1.358.120.421
Ramo de Prestações por Morte	1.941.477.609	1.752.174.284
Ramo de Pensões	11.814.677.081	11.787.581.284
Reservas Gerais de Sistema	34.021.716.412	28.786.581.907
Total Bruto	49.429.477.989	43.684.457.723
Reservas de Reavaliação de Imobilizado	1.487.364.707	1.519.716.774
Edifícios e outras construções	43.027.629	43.027.629
Equipamento Industrial	(67.676)	(67.676)
Equipamento de Transporte	530.923	530.923
Excedente de Revalorização	1.443.873.830	1.476.689.145
Total Líquido	50.916.842.696	45.204.637.745

De acordo com a tabela acima, o saldo das reservas técnicas observou um aumento na ordem de 13,15%, se comparado com o período anterior.

7.25 Contribuições do Regime

Regista-se nesta conta o valor das contribuições arrecadadas no exercício, provenientes do regime geral e de outros regimes abrangidos pelo sistema, o qual é distribuído pelos ramos doença (1%), pensões (3.25%), morte (1%) e administração (1.75%), de acordo com as percentagens legalmente definidas. Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2022, a receita de contribuições foi de 15.048.637.499MT (2021: 12.702.976.259MT), representando um aumento na ordem de 18.47% em relação ao ano de 2021.

7.26 Outras Receitas

A conta de outras receitas apresenta-se como segue:

Descrição	Valores em Meticais		Variação	
	2022	2021	Absoluta	%
Outras Receitas				
Vendas (i)	90.100	98.750	-8.650	-8.7
Transferencias	750.000	750.000	-	-
Receitas Financeiras Correntes (ii)	6.625.573.865	3.582.378.110	3.043.195.755	84,95
Receitas Suplementares (iii)	68.182.841	73.744.872	-5.562.031	-7.54
Receitas de Acção Sanitária e Social (iv)	142.542.854	137.607.620	4.935.234	3,59
Outras Receitas (v)	6.431.220	6.158.150	273.070	4,43
Total Bruto	6.843.570.880	3.799.987.502	3.043.583.378	80,09

RELATÓRIO & CONTAS 2022

Demonstrações Financeiras – 31 de Dezembro de 2022



(iii) **Receitas Suplementares** – Regista os proveitos que resultam de arrendamento de imóveis do INSS e do património do Ex-FAST, nomeadamente edifício Sede, edifício de Chimoio, edifício de Lichinga, Pousada de Chóckwe, Fabrica de Refeições de Maputo e Centro de Repouso de Namaacha, Condomínio Mulala Residence, Centro de Conferência Regional de Gaza.

(iv) **Receitas com Acção Sanitária e Social** – Regista o valor das prestações prescritas (processadas e não reclamadas dentro do prazo legal de prescrição), e os proveitos resultantes da aplicação de multas e juros de mora.

(v) **Outras Receitas** – Regista o valor da venda de cadernos de encargo e outros proveitos não cobertos pelas contas precedentes desta classe.

O quadro a seguir sintetiza a estrutura das receitas e a sua evolução, comparativamente ao exercício anterior.

Descrição	Valores em Meticais		Variação	
	2022	2021	Absoluta	%
Receitas Correntes				
Contribuições	15.048.637.499	12.702.976.259	2.345.661.240	18,47
Vendas	90.100	98.750	-8.650	-8,76
Transferências	750.000			
Receitas Financeiras Correntes	6.625.573.865	3.582.378.110	3.043.195.754	84,95
Receitas Suplementares	68.182.841	73.744.872	-5.562.031	-7,54
Receitas de Acção Sanitária e Social	142.542.854	137.607.620	4.935.234	3,59
Outras Receitas	6.431.220	6.158.150	273.070	4,43
Total Bruto	21.892.208.379	16.502.963.761	5.388.494.618	32,65

7.27 Prestações do Regime (as Prestações referidas neste número incluem Pensões e subsídios)

As Prestações do Regime compreendem o pagamento de despesas abrangidas pelo Sistema de Segurança Social, previstas na lei do mesmo Sistema, as quais se apresentam como segue:

Descrição	Valores em Meticais		Variação	
	2022	2021	Absoluta	%
Prestações do Regime				
Despesas com População Activa (doença)	444.766.919	392.993.503	51.773.417	13,17
Despesas com Pensões	8.427.314.591	6.652.892.927	1.774.421.664	26,67
Despesas com Subsídio por Morte	182.232.224	347.551.377	-165.319.154	-47,57
Total Bruto	9.054.313.734	7.393.437.807	1.660.875.927	22,46

7.28 Despesas Administrativas

As Despesas Administrativas compreendem as despesas correntes de funcionamento e outras de capital, conforme a seguir se apresenta:

Despesas Administrativas	Valores em Meticais	Variação		
	2022	2021	Absoluta	%
Despesas com Acção Sanitária e Social	26.556.686	29.913.754	-3.357.068	-11,22
Custo de Existência Venda. Consumida	90.100	20.745	69.355	334,32
Fornecimentos e serviços de terceiros	798.015.319	563.111.853	234.903.466	41,65
Despesas com Pessoal	2.642.039.152	2.134.967.636	507.071.516	23,59
Despesas Financeiras	143.263.089	112.178.630	31.084.459	27,71
Outras Despesas e encargos	1.197.764	24.111.169	-22.913.405	-95,03
Total Bruto	3.611.162.110	2.864.303.786	746.858.323	26,07

O quadro abaixo sintetiza a estrutura das despesas e a sua evolução, comparativamente ao exercício anterior.

Evolução das Prestações de Regime e Despesas Administrativas	Valores em Meticais		Variação	
	2022	2021	Absoluta	%
Despesas com População Activa (doença)	444.766.919	392.993.503	51.773.417	13,17
Despesas com Pensões	8.427.314.591	6.652.892.927	1.774.421.664	26,67
Despesas com Subsídio por Morte	182.232.224	347.551.377	-165.319.154	-47,57
Administrativas	3.611.162.110	2.864.303.786	746.858.323	26,07
Total Bruto	12.665.475.843	10.257.741.593	2.407.734.250	23,47

7.29 Provisões e Perdas por Imparidade do Exercício

O saldo das provisões foi de -112.244.216MT (2021: 149.571.682MT), sendo que, as imobilizações financeiras registaram uma reversão das Provisões da Cervejas de Moçambique no montante de -32.953.645MT e reforço da provisão da Ceta em 72.171.891MT decorrente do desembolso parcial sob forma de Dação de imóveis do Extinto Nosso Banco no qual o INSS era acionista. A tabela abaixo ilustra a sua composição.

Descrição	Valores em Meticais	
	2022	2021
Imparidades		
Reversão da Provisão	(184.416.108)	(576.764)
Imobilizações Financeiras	72.171.891	41.140.630
Imobilizações Corpóreas	-	-
Outros Devedores	-	109.007.816
Despesas Antecipadas	-	-
Outras Provisões	-	-
Total	(112.244.216)	149.571.682

7.30 Resultados Extraordinários do Exercício

O saldo desta conta que representa perdas líquidas no montante de 742.344.066MT, (2021: 57.506.215MT), compreende as operações que não fazem parte da actividade normal do Instituto nomeadamente a receita proveniente de abate de bens, juros de mora no pagamento de rendas de inquilinos, diferenças câmbios e alienação de viaturas e perdas ou ganhos por imparidades dos investimentos financeiros.

7.31 Resultados Imputáveis a Exercícios Anteriores

O saldo desta conta que representa perdas líquidas no montante de 221.846.688MT (2021: 349.020.436MT perdas líquidas), compreende as regularizações respeitantes a exercícios anteriores, incluindo, nomeadamente, a recuperação de processamento de custos e proveitos não reconhecidos nos exercícios a que dizem respeito

7.32 Resultado Líquido do Exercício

O Resultado líquido do exercício corresponde ao lucro do exercício, totalizando 8.050.141.250MT (2021: 5.364.997.378MT). Refira-se que o resultado apresentado corresponde a um aumento em relação ao exercício anterior na ordem de 50.05%.

VIII – Proposta de Aplicação de Resultados

Nos termos de disposto nos nºs 1 a 4 do artigo 112, do decreto nº 51/2017, de 9 de Outubro, propõe-se a seguinte aplicação dos Resultados do Exercício, conforme se ilustra no quadro abaixo:

Proposta de Aplicação de Resultados	
Descrição	Valores em Meticais
Reserva Ramo Doença	379.010.572
Reserva Ramo Morte	243.607.272
Reserva Ramo Pensões	7.409.927.752
Resultado Líquido	8.032.545.596



O Director da DAF
Jaime Custódio Nhavene
(Técnico Superior N1)

Maputo, 09 de Novembro de 2023